

## RESENHA/ REVIEW

### **Como nos tornamos mito: a historicização da identidade gaúcha por Carla Renata Gomes**

*How we became a myth: the historical criticism of  
“gaucho” identity by Carla Renata Gomes*

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009. 352 p.

---

Publicado em 2009, o livro *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso*, de Carla Renata Antunes de Souza Gomes, nos conduz, com maestria, pela história da construção simbólica do habitante “típico” do estado, através da ressemantização (e confluência) de seus dois principais adjetivos gentílicos, operada pela literatura local. Seu texto é exemplar das novas tendências de abordagem analítica da identidade regional, bastante recentes e que renderam ainda poucos frutos na oficina de Clio.

A profissionalização dos estudos históricos universitários no Rio Grande do Sul, a partir do final dos anos 1970, não se deu sem a desejada ruptura com a erudição diletante tradicional. Ao negar os pressupostos teóricos e métodos de pesquisa de seus antecessores, comprometidos com a exaltação do objeto “região”, ou melhor, com sua elaboração cívica e ufanista, historiadores e críticos literários, principalmente, dotaram os estudos sobre a “ideologia do gauchismo” de uma tônica denunciatória: o gaúcho de lenço atado ao pescoço, botas e bombachas, anacronismo social revivido arbitrariamente nos palcos dos Centros de Tradições Gaúchas, fora uma falácia elaborada no entresséculo XIX-XX para legitimar a hegemonia das elites rurais decadentes. As ligações entre a

política e a produção cultural locais não podem ser negligenciadas, mas o foco estreito do exame e o viés de acusação acabaram por criar um lugar-comum muito difícil de transpor. Nesse ínterim, uma série de disputas intelectuais, projetos de memória conflitantes, usos e funções diversas do gaúcho mítico, se perderam. Foi necessária cerca de uma década para que surgissem interpretações mais atentas, como aquelas de Ieda Gutfreind, sobre a historiografia tradicional, e a produção antropológica de Ruben Oliven e Maria Eunice Maciel. Na História, todavia, os passos de Gutfreind, seguidos por ensaios de Sandra Pesavento, só foram acompanhados, e ultrapassados, na virada do milênio, a partir das pesquisas de Leticia Borges Nedel, sobre o folclorismo e a erudição polígrafa nas décadas de 1940-1950, e de Alexandre Lazzari, sobre a sociedade Partenon Literário e a invenção da nação no século XIX.

O texto de Gomes deve ser compreendido dentro desse esforço recente de leitura cuidadosa do gauchismo, em suas diversas variantes e modalidades discursivas, que construíram a ideia de um Rio Grande gaúcho por excelência. A crítica histórica, evidentemente, tem potencial libertador, à medida que desnaturaliza o objeto e questiona a fatalidade da geografia simbólica com a qual somos interpelados desde que nascemos. No entanto, o grande compromisso da autora é com o rigor analítico, amparado em um elaborado arcabouço conceitual, no levantamento diligente das fontes e no exame acurado dos documentos. Em suma, uma relação séria e responsável com questões de nossa história cultural já tantas vezes colocadas, mas em muitas simplificadas grosseiramente.

Um indício dessa postura é o diálogo com o conhecimento produzido pela crítica pré-universitária. Um dos pilares de sua proposta é o aprofundamento das reflexões realizadas por Augusto Meyer em ensaio clássico (*Gaúcho, história de uma palavra*, redigido em 1941). Sem o ranço por muito tempo comum na historiografia acadêmica, Gomes reconhece os resultados da investigação do crítico sobre as transformações sócio-históricas que elevaram um termo pejorativo, sinônimo de bandoleiro, “vagamundo”, pária social – até meados do século XIX, em toda a extensão das planícies platinas – à categoria de gentílico no Rio Grande do Sul: a assimilação do cavaleiro errante como força de produção nas fazendas de criação. Mas a confusão entre *gaúcho* e *peão*, por si só, não explica o processo que levaria o termo a designar todo o habitante do estado. Gomes persegue fio diverso dessa história, como indicado pelo próprio Meyer: o plano das transformações semânticas e suas funções sociais. Para dar conta dele, a autora encontra apoio em outro clássico da bibliografia especializada,

agora já profissional, a principal obra de Ruben Oliven (*A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*, de 1992), reconhecendo no “triumfo do avesso” um longo processo de investimento intelectual para a construção do modelo de identidade coletiva hoje dominante no discurso oficial e no imaginário regional.

Ao articular ambas as perspectivas, a historiadora chega a um objetivo aparentemente simples, mas, na realidade, extremamente exigente, demandando investimentos de leitura em disciplinas/áreas como Antropologia e Estudos Literários: acompanhar o percursos e as interseções das palavras “gaúcho” e “rio-grandense” na literatura de ficção e em relatos de viajantes do século XIX. O olhar múltiplo de Gomes é, no entanto, guiado por conceitos endógenos, ou, ao menos, bastante correntes na disciplina, elaborados/utilizados por autores identificados com a chamada “História Cultural”, como *representação*, *apropriação* e *imaginário*. Dessa forma, seu texto nos conduz a um jogo de sentidos concorrentes, de fórmulas e modelos ora complementares, ora excludentes, ora fagocitários, vivificados em narrativas de testemunho e de imaginação, identificando e dissecando seus vencedores.

O primeiro capítulo do livro, intitulado *Na representação da cultura regional a construção da nação*, apresenta um panorama das discussões vigentes ao longo do século XIX sobre literatura e cultura brasileiras, além das principais perspectivas historiográficas sobre a invenção do “povo” e da “nação”. Como no já citado trabalho de Alexandre Lazzari, Gomes mostra que o regionalismo literário exercido pelos intelectuais do país era a possibilidade encontrada de acessar as diversas realidades que compunham a nova unidade política, dotando-lhes de caráter nacional. Amparada pelo debate contemporâneo, a autora analisa as primeiras obras que se debruçaram sobre a região, os romances *A Divina Pastora* (1847) e *O Corsário* (1851), publicados no Rio de Janeiro pelo rio-grandense José Antonio do Vale Caldre e Fião. Gomes acompanha nessas narrativas a emergência de termos como “vaqueano”<sup>1</sup>, “guasca”, “monarca” e “gaúcho”, todos designativos do campesino local, destrincha seus sentidos e aponta para a preferência do autor pelo terceiro, em detrimento do último: enquanto a imagem do *monarca* aparece na poesia popular da época, remetendo a um tempo sem rei, em que a fidalguia se constitui no domínio e defesa da terra, pesa sobre o *gaúcho* o estigma da barbárie e a proximidade com o elemento

<sup>1</sup> Tal vocábulo, na verdade, qualifica uma especialidade profissional do campeiro, qual seja a de guia nos vastos territórios pampianos.

platino, inimigo de guerra. Ele é, então, representado como antípoda social do *rio-grandense*. Os personagens de destaque, como o Bento Gonçalves figurado, revestem-se de valores próximos da civilização luso-brasileira do centro, mas com as características culturais peculiares da periferia política, já que a intenção do escritor “era apresentar aos outros brasileiros um estilo de vida diferente, que existia fora do Rio de Janeiro, não obstante, também tão educado, quanto urbano e que, acrescido das vivências rurais, seria representado pelo *monarca das coxilhas*” [grifo da autora] (p. 115).

No capítulo seguinte, *Do olhar nativo à visão do forasteiro*, Gomes observa a percepção e representação dos habitantes do estado nos relatos de dois viajantes alemães: *Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional* (1854), do militar Joseph Hörmeyer, e *Viagem pela província do Rio Grande do Sul* (1859), do médico radicado no país Robert Avé-Lallemant. Cotejados com narrativas de viajantes precedentes, os textos nos revelam códigos culturais locais, como o apreço ao cavalo, o desprezo pela égua – que a autora explica como prática disseminada na região, compartilhada tanto por portugueses quanto por espanhóis –, a hospitalidade sem medir a quem, e, no caso específico do campeiro rio-grandense, o luxo dos arreiros e armas de prata, além de práticas sociais como as corridas de carreira, o abatimento quase irracional do gado para o churrasco, e o hábito do chimarrão. Como salientado por Gomes, o viajante recorta com seu olhar parte da realidade e, assim, a “transforma em paisagem”, “objeto a ser descrito, desenhado, explicado e conhecido” (p. 117). Os relatos dão-nos a ver, ainda, um sistema de classificação que aproxima, mas também estabelece distinções entre rio-grandenses e platinos, bem como com demais brasileiros, além de diferenças entre o cidadão e o campeiro. Este, aliás, se torna, em poucas vezes, gaúcho. Mas se todo gaúcho é campeiro, o contrário não é verdadeiro (a primeira narrativa, inclusive, faz sequer uma referência àquele vocábulo). Fica claro, portanto, que não é nada comum, no período, associar rio-grandenses a gaúchos.

No terceiro capítulo, *De como a identidade regional foi constituída a ferro, fogo, papel e tinta*, a autora aborda as primeiras organizações intelectuais e movimentos literários sistemáticos do estado, em cotejo com a produção “desde fora” sobre os seus habitantes. Para começar, a primeira tentativa de fundação de um Instituto Histórico e Geográfico local, o IHGPSP, de existência efêmera (1860-1864) e pouca atividade historiográfica. A então Província do Rio Grande de São Pedro, marcada pelas guerras de fronteira e o episódio farroupilha, se deparava em

seus primeiros exercícios de memória com um conflito simbólico que marcaria a identidade gaúcha por todo o século XX: o desejo de autonomia política e militar frente à necessidade de se integrar à nação brasileira. É justamente o histórico de insubmissão, segundo Gomes, e a reorganização militar da sociedade para a Guerra do Paraguai, que inviabilizaria o empenho dos membros do Instituto em promover “um discurso político de inserção na vida nacional através da história” (p. 185). Se o intento não se materializa em uma produção historiográfica consistente, a ideia acaba por ecoar na literatura de ficção. Caso da peça de teatro do cearense Augusto César de Lacerda, *O monarca das coxilhas*, publicada no Recife, em 1867. A passagem do dramaturgo pela província levava-lhe à fixação da figura do *monarca*, recorrente no cancionário popular, para designar os homens rudes do campo. Gomes sinaliza, através da interpretação do texto, para sua utilização na cultura local como distintivo social, classificação exclusiva dos rio-grandenses do período, cunhada possivelmente para se opor ao termo gaúcho, vinculado aos *blancos* uruguaios, caudilhos do norte daquele país, inimigos de guerra e concorrentes na produção pecuária dos estancieros locais.

Na sequência, a autora apresenta uma análise de fôlego do clássico *O gaúcho*, de José de Alencar, publicado em 1870, mostrando que o livro instaura uma nova “tradição”, informada pelo imaginário do centro sobre a província, em que o termo tão polêmico na região passa a designar não somente o campeiro, mas todo o sul-rio-grandense. O contato indireto, mediado principalmente por fontes platinas, com a realidade que pretendia narrar fizera com que Alencar apagasse todas suas distinções sociais internas, quer dizer, “a multiplicidade de existências presentes na sociedade rio-grandense” (p. 266), além da histórica oposição do brasileiro sulino com os vizinhos hispânicos, lançando mão de um estereótipo, como sabemos, de longuíssima vida.

Por fim, Gomes aborda a produção de Apolinário Porto Alegre, Bernardo Taveira Júnior e Oliveira Belo, entre outros, no capítulo intitulado *A última guerra entre a Província e a Corte é pelo poder de nomear*, para mostrar como os escritores rio-grandenses despem o campeiro agauchado do estigma de bárbaro, ainda presente na narrativa de Alencar, além das incômodas aproximações com o Prata. As temáticas da guerra e da vingança, por exemplo, são alçadas à condição de trunfos diacríticos do brasileiro do sul: a violência é positivada em valores como bravura e coragem e a rebeldia é celebrada como determinação republicana frente à tirania do Império. A narrativa de Porto Alegre

inicia, então, a sedimentação da imagem do “campeiro-guerreiro-rio-grandense” que será explorada pela literatura regionalista e cultivada pela memória histórica local. Surgia com isso uma nova palavra, “gaudério”, para abrigar as suspeitas que pesavam sobre o gaúcho agora nobilitado.

A preocupação com a origem e o contexto dos enunciados (quem fala, de onde fala e para quem se dirige) é, portanto, uma das grandes contribuições da historiadora que transita entre o debate literário e a história social do Rio Grande em formação, forjado, como seu trabalho revela, não somente em lutas de fronteira física, mas em batalhas discursivas. Os quatro capítulos do livro perseguem nos “fios de Ariadne” (metáfora utilizada logo na introdução do texto) as tramas, os nós e os vazios semânticos entre visões “desde dentro”, “deste fora”, além de olhares intermediários, de escritores que se constituem “rio-grandenses” e “gaúchos” no desterro. É na disputa pelo poder de nomear que nossos intelectuais aderem ao mito literário alencariano; mas não o fazem sem dotá-lo de contornos favoráveis à política e às letras locais, capazes de expandi-lo discursivamente, a ponto de romper os limites da ficção e construir uma sociedade simbólica e perenemente gaúcha:

Tratar o principal símbolo *identitário* da cultura regional como fruto de um processo de construção cultural visa ressaltar a ideia de transformação na *visão de mundo* que se operou numa sociedade que tem, ao longo do tempo, pretendido reafirmar como permanentes os seus valores *tradicionais*. Cabe à reescrita contínua da história evidenciar este movimento no interior do tecido social trazendo à tona informações *esquecidas* no fundo das arcas da memória [grifos da autora] (p. 323).

**Jocelito Zalla**

Mestre em História pela UFRGS.  
E-mail: <zallaj@hotmail.com>.

Submetido em 23/12/2010.

Aceito em 05/06/2011.